

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo, uma vergonha nacional ..... 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pacote do governo injeta R\$ 150 bilhões na economia ..... 4

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pacote de estímulo econômico divide setores ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

O SUS e a educação - CLAUDIA COSTIN ..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como declarar no IR valor pago em ação judicial perdida para plano de saúde  
..... 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vai liberar saque do FGTS a partir de 20 de abril ..... 10

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS  
SEGURIDADE SOCIAL

13º será antecipado novamente (Artigo) ..... 11

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BELÉM  
SEGURIDADE SOCIAL

Economista orienta usar 132 salário antecipado e FGTS para pagar dívidas ..... 12

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Beneficiários de programas sociais poderão fazer consignado ..... 13

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Mínimo pode ir a R\$ 1.293 em 2023 ..... 15

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2022: Desempregado é obrigado a fazer declaração? ..... 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributaria precisa acelerar (Artigo) ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Batalha dos vetos no Congresso ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais juros, lá e aqui (Editorial) ..... 20

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia brasileira recua e previsão do PIB de 2022 diminui .....	21
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Previsão de PIB baixo e inflação alta .....	22
PORTAL UOL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Dólar opera em leve alta, vendido a R\$ 5,050 .....	23
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Tributação dos combustíveis (Artigo) .....	24
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA	
Apesar de tudo, Brasil continua atraente para o investidor (Artigo) .....	25
A GAZETA - MT - OPINIÃO ECONOMIA	
Alta da Selic afeta investimentos? (Artigo) .....	26
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA ECONOMIA	
Alta dos juros reforça renda fixa, dizem especialistas .....	27
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA ECONOMIA	
Cenário amplia rentabilidade de investimentos .....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Tribunais opacos (Editorial) .....	30

# Salário mínimo, uma vergonha nacional

**Fernanda Strickland**

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia elevou, ontem, a estimativa anual para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 4,25% para 6,7%. A partir do INPC, o governo faz a correção anual do salário mínimo. Se a estimativa da equipe econômica estiver precisa, o salário mínimo pode chegar a R\$ 1.293 em 2023. Em um contexto de **inflação** em alta, esse valor está muito aquém da necessidade do brasileiro.

Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para mais de 50 milhões de brasileiros. Desse total, 24 milhões de pessoas são beneficiárias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Segundo o departamento, a defasagem entre o valor real e o valor necessário é de quase cinco vezes (Leia tabela ao lado).

Em 2022, por exemplo, o salário mínimo está fixado em R\$ 1.212. Mas segundo o estudo do Dieese, deveria estar em R\$ 6.012,18 para atender às necessidades básicas do cidadão.

A economista e consultora econômica Catharina Sacerdote lembra que o salário mínimo foi criado com o objetivo de garantir o mínimo de dignidade ao trabalhador e sua família, cobrindo assim, as despesas consideradas essenciais, como alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Segundo ela, o cálculo do salário mínimo necessário precisa ser atualizado. "Um exemplo disso, é que a ONU tem implementado, desde 2021, um movimento que visa promover a importância de implementar salários e trabalhos mais dignos no Brasil", observa.

Para a economista, a própria definição de dignidade é relativa. "Quando o salário mínimo foi instituído no Brasil, por exemplo, não incluía internet, item que se tornou essencial para trabalho e estudos no Brasil durante a pandemia", afirmou. "Sem dúvida, com algumas pesquisas rápidas, sabe-se que atualmente, o trabalhador ou aposentado que recebe somente o salário mínimo, muitas vezes, não tem condições de comprar tudo que está previsto na legislação." Segundo Sacerdote, a estimativa do aumento que o governo apresentou ontem não supre a necessidade do trabalhador. "Hoje, uma cesta básica equivale a 56% do salário mínimo. Se a família gasta com aluguel, itens de higiene e transporte - sem considerar os reajustes que acontecem no ano -, muito

provavelmente essa pessoa não tem como pagar o que está previsto na legislação. Alguma coisa vai ficar de fora", analisa.

A economista ressalta a redução do poder de compra do trabalhador. "Em fevereiro de 2021, com um salário mínimo, era possível adquirir 1,84 cesta básica, já em fevereiro de 2022, houve redução para 1,78", compara.

A especialista chama a atenção para a defasagem que se acentuou nos últimos 10 anos, quando o país entrou em um período de crises. "Nota-se que o período de maiores picos são também os períodos que houve crises profundas, como como em 2016 e 2017, em razão do impeachment. Já em 2020 e 2021, o Brasil sofreu os efeitos da pandemia de covid-19", comentou.

Entre os piores

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial indicam a precariedade da renda mínima no Brasil. O estudo aplica o dólar como moeda base, além de ajustar os salários pela paridade de poder de compra. Levando esses dados em comparação, o salário mínimo médio no Brasil é de US\$ 2,2 por hora.

Com isso, o Brasil fica atrás de outros países da América Latina como o Chile, que remunera cerca de US\$ 3,3 e da Colômbia, com remuneração mínima de US\$ 2,9. Segundo o levantamento, o México possui o salário mínimo mais baixo. O trabalhador mexicano possui, ainda, a menor carga horária. De acordo com o relatório, são contabilizadas 2.124 horas trabalhadas. Em 28,7% dos casos, os trabalhadores do México ficam mais de 50 horas por semana nos escritórios.

No Brasil, a média é de 39,5 horas trabalhadas por semana. No entanto, isso não significa que os brasileiros possuam mais tempo livre. É preciso considerar o tempo gasto no deslocamento casa-trabalho.

Se as projeções para 2023 se confirmarem, o salário mínimo terá um reajuste de R\$ 81 a partir de janeiro do próximo ano. Toda modificação tem impacto nas contas públicas. O Ministério da Economia calcula que, em 2022, para cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, são gastos, ao menos, R\$ 365 milhões.

# Pacote do governo injeta R\$ 150 bilhões na economia

**Rosana Hessel e Cristiane Noberto**

Como parte da agenda de reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) lançou o Programa Renda Oportunidade, mais um "pacote de bondades", ontem, voltado para estimular o consumo. O conjunto de medidas, apresentado em cerimônia no Palácio do Planalto, é focado em emprego e renda e tem poucas novidades, pois algumas delas, como a antecipação do 13º salário dos aposentados, já haviam sido ventiladas nos últimos dias. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o governo espera injetar R\$ 150 bilhões por meio do programa. Desse total, R\$ 77 bilhões são direcionados ao crédito consignado e micro-crédito digital, para microempreendedor individual (MEI), aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), e pessoas que recebem benefício de prestação continuada (BPC) e pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Quem participa do Programa Auxílio Brasil também terá acesso a esse crédito.

Outros R\$ 56,7 bilhões serão injetados na economia, com a antecipação do 13º salário dos aposentados. Outra medida prevista no pacote é uma nova rodada de saques de até R\$ 1 mil no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Até 15 de dezembro, cada trabalhador poderá sacar até R\$ 1 mil de suas contas do FGTS. A medida beneficiará 42 milhões de pessoas e deverá injetar R\$ 30 bilhões na economia caso todos os trabalhadores retirem o dinheiro.

A autorização para a nova rodada de saques do FGTS consta de medida provisória assinada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, o saque tem como objetivo diminuir o comprometimento de renda e o endividamento das famílias por causa da crise sanitária provocada pela COVID-19.

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, informou que o calendário de saques começa em 20 de abril e vai até 15 de junho. O dinheiro ficará disponível até 15 de dezembro, quando voltará para a conta vinculada do FGTS. Pedro Guimarães também informou que o pagamento ocorrerá por meio do aplicativo Caixa Tem, usado para o pagamento de benefícios sociais e trabalhistas nos últimos anos. O dinheiro será depositado numa conta

poupança digital, podendo ser transferido posteriormente para uma conta-corrente por meio do celular.

A Caixa esclareceu que quem antecipou o saque aniversário do FGTS e ficou com o valor bloqueado na conta não poderá retirar o valor. Isso porque a nova rodada de saques só poderá ser feita para contas com recursos liberados. Assim como nas últimas rodadas, o calendário de pagamento foi definido com base no mês de nascimento do trabalhador.

**CONSIGNADO** O governo informou que a margem do crédito consignado, ou seja, o valor da renda que pode ser comprometido com o empréstimo, vai voltar a subir. Até dezembro de 2021, aposentados e pensionistas do **INSS** podiam comprometer até 40% de sua renda líquida. Em janeiro, o valor recuou para 35%. Agora, volta aos 40%, 35% no empréstimo pessoal e 5% para despesas e saques com cartão de crédito consignado. Além dos aposentados, quem recebe benefícios assistenciais (BPC/Loas) ou participa do programa Auxílio Brasil também terá acesso a essa modalidade de empréstimo. O consignado é um empréstimo em que a prestação é descontada diretamente do benefício previdenciário todos os meses. Aposentados e pensionistas do **INSS**, trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos** podem pedir o benefício. Nesses dois últimos casos, as parcelas são descontadas do salário.

O "pacote de bondades" inclui também novas linhas de microcrédito para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs). O Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital tem duas operações, segundo o presidente da Caixa. Para pessoas físicas será emprestado até R\$ 1 mil, com taxa de juros a partir de 1,95% ao mês e parcelamento em 24 meses. Essa modalidade vale para quem está com o nome sujo. Microempreendedores individuais (MEIs) poderão pegar até R\$3 mil, com taxa de juros a partir de 1,99% ao mês e parcelamento em 24 meses. O programa deverá ter início em 28 de março.

Já a antecipação do 13º salário atingirá cerca de 30,5 milhões em todo o Brasil. O pagamento será feito em duas parcelas. A primeira, correspondente a 50% do valor do benefício, será quitada em abril e com os benefícios dessa competência (de 25 de abril a 6 de

maio). A segunda parcela será paga com os benefícios da competência de maio de 2022 (de 25 de maio a 7 de junho). Em geral, o pagamento do 13º salário ocorreria somente nas competências agosto e novembro.

Medidas com "sobra de caixa acumulado"

Ao comentar sobre o pacote de medidas anunciados pelo governo para estimular o consumo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou que as quatro medidas vão injetar mais de R\$ 150 bilhões com "sobra de caixa que vai acumulando" por conta do aumento da arrecadação do governo federal, para estimular o empréstimo até para pessoas negativadas. Ele e o ministro do Trabalho e Previdência, Ônix Lorenzoni, afirmaram que não haverá impacto fiscal nas medidas. E, no caso do saque do FGTS, o ministro garantiu que o governo está "protegendo o orçamento de saneamento e de infraestrutura", que são financiados pelo fundo do trabalhador. Segundo ele, apenas o saque de até R\$ 1 mil do FGTS vai beneficiar 40 milhões de brasileiros e injetar R\$ 30 milhões na economia, se todos os titulares do fundo fizerem o saque.

Na avaliação do ministro, as medidas buscam beneficiar os 38 milhões de "invisíveis" que passaram a receber o auxílio emergencial durante a pandemia e que passaram a ter contas digitais na Caixa para o pagamento do benefício, que contribuiu para estimular o consumo em 2020 e em 2021. O Brasil caiu menos durante a pandemia e já está com o déficit zerado. Estamos preparados para enfrentar os próximos desafios", garantiu Guedes. Ele disse ainda que "todas as medidas do pacote de medidas de estímulo ao consumo são as mesmas que já foram adotadas na pandemia e vão na direção de democratização do acesso ao crédito".

Entre elas, a ampliação do limite de acesso de 35% para 40% para o crédito consignado e a antecipação do 13º salário dos aposentados. "Fizemos lá atrás, na pandemia, e, agora, a mesma coisa. Se a comida subir de preço, vamos proteger os aposentados e deixar ele sacar o 13º. E vamos ter novas medidas lá na frente", afirmou. Um novo pacote de ações do Ministério da Economia será anunciado na semana que vem e inclui isenção do Imposto de Renda para investidores estrangeiros e incentivo à reciclagem, segundo fontes do governo.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/03/2022/p1>

# Pacote de estímulo econômico divide setores

O governo federal anunciou ontem pacote de estímulo à economia que inclui medidas já anunciadas, como a liberação de recursos de contas do FGTS, antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do **INSS**, criação de um programa de microcrédito digital e ampliação da margem de empréstimos consignados. O conjunto de ações foi chamado pelo governo de Programa Renda e Oportunidade e tem o objetivo de injetar recursos da ordem de R\$ 150 bilhões na economia até o final de 2022.

A liberação de saques do FGTS deve beneficiar 40 milhões de empregados e colocar em circulação R\$ 30 bilhões, com valores de até mil reais por pessoa. Esta é uma reedição de medida adotada pelo atual governo em 2020 como ação de enfrentamento à crise gerada pela pandemia da Covid-19.

"O valor fixado como limite para o Saque Extraordinário não comprometerá financeiramente o FGTS e não reduzirá as operações de apoio aos setores de habitação, saneamento e infraestrutura", garantiu em nota o Ministério do Trabalho e Previdência, ressaltando que o fluxo projetado permite a manutenção de reserva técnica exigida para o fundo.

Construção civil insatisfeita - O que não convence o presidente do Sinduscon- -MG, Renato Michel, que vê "com muita tristeza" as ações do governo. "Me parece muito equivocada esta política de usar um recurso que tem propósito específico de habitação, saneamento e infraestrutura, para injetar dinheiro na economia. Essa desvirtuação é muito ruim", avalia Michel.

Segundo ele, o governo deveria estar investindo na construção civil, que é uma indústria de resultados imediatos, já que não precisa de construir uma fábrica para começar a gerar emprego e renda. "Foram 500 mil empregos criados na construção nos últimos dois anos, um movimento fundamental para a retomada do pós- -pandemia", cita.

Michel diz que esse "caminho fácil" já foi testado e não criou o impacto que se esperava. Ao contrário de qualquer estímulo à construção civil, cujo **PIB** foi de 9,7%, bem maior que o **PIB** geral.

Ele lamenta o que chamou de "duas pancadas" sobre as famílias de baixa renda esta semana: o aumento dos juros e o saque de recursos que constituem o funding do programa Casa Verde Amarela.

"Os juros não vão resolver o problema da **inflação**,

que não é de demanda. E com esses mil reais do FGTS, a pessoa vai comprar alguma coisa comprada na China.

Com medidas tão contraditórias, parece que eles não estão conversando. Pois não faz sentido aumentar os juros para conter o consumo e injetar dinheiro na economia para aumentar o consumo de uma forma artificial", questiona Michel.

Se o governo quisesse fomentar a economia, diz o presidente do Sinduscon- -MG, deveria baixar as taxas de importação dos materiais da construção civil, que tiveram uma **inflação** de 50% nos últimos dois anos. "O índice nacional da construção civil (INCC) subiu 17% em 12 meses. Só em janeiro, o aumento foi de 4,74%, o que está tirando do mercado 5 milhões de famílias que poderiam adquirir a casa própria", lamenta. Prova disso é que os imóveis de baixa renda, que chegaram a representar 50% das unidades lançadas pelas incorporadoras, hoje não chegam a 30%.

Antecipação do 13º - O governo anunciou também a antecipação do pagamento do 13º do **INSS**, medida que foi tomada em 2020 e 2021, em meio à pandemia. O pagamento do benefício deve injetar na economia R\$ 56 bilhões em duas parcelas de R\$ 28 bilhões, a serem pagas em abril e maio.

Para o economista da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) Paulo Casaca, é complicado chamar de pacote de estímulo medidas como o saque do FGTS ou a antecipação do 13º dos aposentados. "Não é dinheiro novo. São recursos que já existem e entrariam na economia mais à frente.

São medidas positivas, é claro, aquecem a economia no curto prazo. Mas o 13º vai faltar no final do ano", observa.

Segundo Casaca, se elas vão surtir efeito ou não, vai depender dos desdobramentos da guerra entre Rússia e Ucrânia e como ela vai impactar o mundo e o Brasil nas próximas semanas.

Se o petróleo e o trigo vão continuar a aumentar, por exemplo, refletindo-se em mais aumento dos preços.

"Medidas emergenciais que poderiam atenuar a alta dos preços dependem da capacidade do governo de obter recursos. Eu não faria isso subsidiando o preço na bomba. O ideal seria um auxílio concedido às



famílias mais pobres nos moldes do auxílio emergencial, para mais pessoas. Talvez um auxílio gás", sugere o economista.

"Vejo este pacote mais como um movimento político, de resultados efêmeros.

Efetivo mesmo, se houver espaço fiscal, seria alguma redução tributária. Óbvio que esta não é uma medida de curtíssimo prazo, mas o País precisa de uma **reforma tributária** que troque esses ICMS, PIS, Cofins por um imposto de valor agregado", conclui Casaca.

A antecipação do 13º salário aos mais de 36 milhões de aposentados e pensionistas do **INSS** agrada ao comércio.

Entidades como a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH) comemoraram a notícia. "Esses recursos chegam em momento essencial, já que o cenário inflacionário vem sufocando a capacidade de pagamento e o poder de compra das famílias e muitos trabalhadores estão endividados", destacou o presidente da CDL-BH, Marcelo de Souza e Silva.

De acordo com o dirigente, a renda em circulação pode aquecer o comércio e também reduzir a inadimplência.

"Tradicionalmente as pessoas que estão endividadas utilizam o 13º salário para quitar seus débitos.

Nosso conselho para este momento é que o dinheiro seja utilizado para quitar as dívidas que apresentam maiores juros, como cartões de crédito e as básicas como água e luz, pois esses são os principais débitos atuais dos belo-horizontinos. Já para os que não estão endividados, é um bom momento para adquirir bens de valor que estejam desejando há algum tempo", aconselha Souza e Silva.

O presidente da CDL-BH lembra um fator importante: 91% dos brasileiros com mais de 60 anos contribuem financeiramente para o sustento da casa e 52% são os principais responsáveis, como revelou última pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). "Esses aposentados são arrimo de família, e proporcionar a esses provedores a antecipação de renda vai permitir que eles paguem suas dívidas e consumam, o que, certamente, vai refletir positivamente no comércio", finaliza.

Com especialização em Direito Financeiro pela FGV, e Empreendedorismo, pelo MIT, o diretor da Byebnk Investimentos, Theo Lamounier, tem dúvidas se a

antecipação do 13º produzirá os efeitos esperados. "É um dinheiro que já seria pago ao longo do ano e está sendo antecipado em um momento fraco do varejo para tentar reaquecer a economia.

Antecipa-se uma receita a pessoas que gastarão de uma maneira não planejada e podem acabar fazendo um gasto errado. Podem por exemplo acabar consumindo com o dinheiro, ao invés de pagar uma dívida", argumenta Lamounier.

Ele vê com bons olhos a liberação do FGTS, que considera uma medida positiva.

"É um dinheiro do trabalhador que fica retido e que não seria acessado nesse momento, então é um dinheiro novo injetado na economia", diz.

Para o operador do mercado financeiro, tais medidas surtirão efeito nos dados macroeconômicos, já que é mais dinheiro colocado na economia. "A dificuldade, nesse momento, é saber se, além do dado macroeconômico, a microeconomia, onde as pessoas estão se movimentando, está se beneficiando ou não. Se o consumo gerado por esse dinheiro terá o condão de melhorar a vida das pessoas".

Medida emergencial na economia nunca deve ser adotada, desaconselha Lamounier.

"A economia tem seus próprios ciclos, suas próprias reações, não é organismo de ação e reação direta. Quando se faz algo em termos emergenciais, não se consegue, necessariamente, que essa ação, mais na frente, tenha os efeitos esperados. O que deveria ser feito é um planejamento para melhorar a economia a médio e longo prazos, que teria um efeito duradouro e, de fato, melhoraria a vida das pessoas", conclui.

# O SUS e a educação - CLAUDIA COSTIN

**CLAUDIA COSTIN**

Acompanhei de perto a criação do SUS, o Sistema Único de Saúde. Inicialmente a partir da Fundap, instituição voltada à modernização da administração pública, e depois nos corredores da Constituinte, onde pude conhecer inúmeros médicos sanitaristas que lutavam para constituir este que acabou se tornando um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, por meio do qual a população brasileira obtém acesso gratuito e universal à saúde.

Graças a ele, hoje saudado por muitos nestes anos pandêmicos, foi possível garantir assistência integral a pacientes infectados e organizar a vacinação, que, apesar dos atrasos causados por visões governamentais negacionistas, trouxe consigo uma forte desaceleração dos contágios e das mortes pela Covid.

Antes da Constituição de 1988 e da lei 8080/1990, que o normatizou, o sistema público de saúde atendia apenas a quem contribuía para a **Previdência Social**. Quem não tinha recursos dependia de filantropia. Mas qual é a lógica do SUS? Ele articula serviços de diferentes níveis de governo que operam de forma descentralizada e participativa.

Porque me refiro a isso num artigo sobre educação? Porque na semana passada o Senado finalmente aprovou a criação do Sistema Nacional de Educação, igualmente previsto na Constituição, mas ainda não regulamentado.

Agora o país, mesmo em tempos que não priorizam boas políticas públicas, prepara-se para construir mecanismos de gestão e articulação do atendimento ao direito a educação de sua população. Não será fácil, o país é grande e diverso. Contamos com vários municípios que não têm mais de três escolas e, na maior parte deles, a educação básica é ofertada em escolas rurais e urbanas. Em outros, embora não sob gestão municipal, há escolas indígenas e quilombolas.

É urgente articular esses serviços numa política educacional consistente que seja, de fato, política de Estado, não como foi a desorganizada resposta educacional à Covid. Infelizmente, o MEC foi, durante boa parte do prolongado período de fechamento das escolas, omissivo quanto à necessária coordenação nacional do esforço para assegurar aprendizagem remota e preparar um retomo seguro. Para tanto, chegou a dizer que a Constituição lhe vedava a

possibilidade de articulação dos níveis subnacionais, o que não procede.

O que o Sistema Nacional de Educação vai criar são normas de cooperação e de colaboração interfederativas para, assim, poder atuar em esforços nacionais articulados para melhorar a qualidade da educação brasileira. Num país tão desigual, é preciso assegurar qualidade com equidade e não tirar de ninguém a possibilidade de aprender.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49853&anchor=6452249&pd=aa1faa2fd8359ea7143a674851caea22>



# Saiba como declarar no IR valor pago em ação judicial perdida para plano de saúde

Em 2021, aposentei-me por idade em 31 de março e descobri um câncer em junho. Dei entrada no pedido de isenção de Imposto de Renda. A isenção vigora desde 24 de junho. Como declaro? (M.G.P.). Solicite o comprovante de rendimentos ao **INSS** e preencha o IR de acordo com o documento. Os rendimentos de aposentadoria por doença grave devem ser informados na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, código 11, a partir da data que consta no laudo pericial que reconheceu a doença e devem ser informados de acordo com o comprovante. Se houver rendimentos tributáveis anteriores ao laudo pericial, declare-os conforme o comprovante do **INSS**.

Minha filha tem uma MEI. Juntos, temos um plano de saúde. Ela paga a parte dela e a do filho e eu pago a minha. Posso deduzir a minha parte? (W.L.). Sim. Sua filha, sendo a titular do plano de saúde, não pode deduzir os valores referentes à sua parte pelo fato de declararem em separado (somente serão dedutíveis os valores pagos referentes a ela e aos dependentes incluídos na declaração dela, no caso, o filho). Você pode deduzir a sua parte pelo fato de integrar a mesma entidade familiar, não havendo, nesse caso, necessidade de comprovação do ônus financeiro.

Perdi uma ação judicial contra meu plano de saúde. Tive que pagar um valor retroativo ao período em que eu tinha uma liminar que reduziu o valor das mensalidades. Posso declarar, como despesa, esse valor pago na ação judicial? (M.L.). Os pagamentos de plano de saúde devem ser informados na ficha Pagamentos Efetuados da declaração correspondente ao ano de seu pagamento. Nesse caso, é preciso retificar as declarações dos últimos cinco anos (se for o caso) e inserir, na ficha Pagamentos Efetuados, código 26, o nome e o CNPJ da operadora do plano, a descrição e o valor pago em cada ano a que se referir a ação.

Minha avó paterna faleceu em 2021. Ela era dependente do meu pai e o único bem deixado de herança é um imóvel já matriculado em nome dos filhos dela (ela permanecia como usufrutuária). Como declarar a parte do imóvel que cabe ao meu pai? (A.R. I.). Se a sua avó fez a doação em vida aos filhos, a parte de cada um já deveria constar nas declarações deles. Caso não tenha declarado dessa forma, retifique as declarações dos últimos cinco anos e faça constar, no campo Discriminação da ficha Bens e

Direitos, os dados do imóvel (pelo código respectivo). Indique a parte pertencente ao seu pai, com endereço, área total do imóvel, se foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis e o valor do imóvel ao final de cada ano. É preciso informar também o valor na ficha Rendimentos isentos e Não Tributáveis, código 14.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49853>

# Governo vai liberar saque do FGTS a partir de 20 de abril

O governo federal anunciou ontem um amplo pacote de medidas para liberar mais de R\$ 150 bilhões em recursos a trabalhadores e aposentados em ano eleitoral.

As iniciativas incluem um saque de até R\$ 1.000 a 40 milhões de trabalhadores com saldo nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que começa no dia 20 de abril e vai até 15 de dezembro. O Executivo também vai antecipar o pagamento do 13º de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para os meses de abril e maio - os pagamentos geralmente são feitos no fim de cada ano. Neste caso, o benefício será liberado a partir do dia 25 de abril.

As medidas integram o chamado Programa Renda e Oportunidade e chegam no momento em que a alta da **inflação** tira poder de compra dos brasileiros e o endividamento das famílias está elevado.

O saque do FGTS deve resultar na injeção de R\$ 30 bilhões na economia. Já a antecipação do 13º resultará em R\$ 56,7 bilhões ainda no primeiro semestre.

O governo também vai ampliar a margem para contratação de crédito consignado tendo benefícios ou salários como garantia.

A autorização será ampliada a beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Atualmente, o limite é de 30% para empréstimos e 5% para despesas com cartão de crédito. O governo chegou a ampliar a margem total para 40% durante a pandemia, mas a medida expirou em 31 de dezembro de 2021. Agora, a proposta é ampliar novamente o limite total para 40%.

Esta é a terceira vez que o governo Bolsonaro autoriza saques extraordinários do FGTS. A primeira rodada foi em 2019, repetiu-se a medida em 2020, já no contexto das medidas para combater efeitos da covid-19.

Microcrédito digital

O pacote anunciado hoje pelo governo também inclui o lançamento do Microcrédito Digital Simplificado, chamado SIM Digital.

A medida visa aumentar a oferta e fazer chegar o crédito aos empreendedores individuais, impulsionando a geração de trabalho e renda aos pequenos e microempreendedores de todo país.

"O SIM Digital deve beneficiar nos primeiros 12 meses 4,5 milhões de empreendedores - pessoas naturais e jurídicas de atividade produtiva com renda ou receita bruta anual de até R\$ 360 mil", informou o governo federal em nota. Este programa também será operado pela Caixa Econômica Federal.

Para viabilizar o funcionamento do programa, o governo federal vai autorizar o uso de R\$ 3 bilhões do FGTS para aquisição de cotas do Fundo Garantidor de Microfinanças, que vai avalizar as operações.

"A expectativa da medida é incluir empreendedores populares sem histórico de apoio creditício no sistema financeiro, mediante programa aderente à sua realidade social, em condições favoráveis à sua capacidade de pagamento", diz o Ministério do Trabalho e Previdência. Segundo a pasta, os financiamentos serão associados a ações de qualificação técnica e estímulo à formalização dos trabalhadores beneficiados.

**Site:**

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrazilia/?edicao=14553>

# 13º será antecipado novamente (Artigo)

Pelo terceiro ano seguido, os cerca de 30,5 milhões de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) receberão o décimo terceiro com antecedência. Foi assinado nesta quinta-feira (17) decreto que autoriza a antecipação do pagamento.

Segundo a equipe econômica, a medida injetará R\$ 56,7 bilhões na economia. A antecipação não tem impacto no Orçamento de 2022 porque a medida apenas muda a data de pagamento do benefício, sem acrescentar o gasto previsto para o ano.

A primeira parcela do décimo terceiro será paga entre 25 de abril e 6 de maio, junto com as aposentadorias e pensões da competência de abril. A segunda parcela será paga de 25 de maio e 7 de junho, junto com os benefícios relativos a maio. Tradicionalmente, os aposentados e pensionistas do **INSS** recebem o décimo terceiro nas competências de agosto e novembro.

Nos últimos dois anos, o pagamento do décimo terceiro a aposentados e pensionistas tinha sido antecipada, por causa da pandemia de covid-19.

Em 2020, o dinheiro foi pago em abril e maio. No ano passado, foi pago em maio e junho.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na primeira parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério do Trabalho e Emprego esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício.

**Site:**

**<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10810>**

# Economista orienta usar 132 salário antecipado e FGTS para pagar dívidas

**Irlaine Nóbrega**

## FINANÇAS

A antecipação do 13º para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), anunciada ontem pelo Governo Federal, foi uma medida tomada para impulsionar a economia. Além disso, está previsto que 40 milhões de trabalhadores tenham a possibilidade de fazer o saque de até R\$ 1 mil das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Segundo o Boletim Estatístico da **Previdência Social** (BEPS), são 711.228 aposentados e pensionistas que devem receber a bonificação. O dinheiro extra é sempre bem-vindo, mas tem de ser utilizado com cuidado para não acabar em um piscar de olhos.

Ana Ferrari, educadora financeira e vice-presidente regional da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin), diz que para fazer a parcela extra render, em meio a economia atual, o primeiro passo é utilizar o dinheiro de forma consciente. "O que eu sempre digo é para nunca tomar uma ação imediatista. Pare, pense, verifique o valor que vai entrar, se organize e tome um direcionamento sem ser impulsivo." Ferrari lembra que a renda extra pode ser uma oportunidade para quitar as pendências ou comprar algum bem necessário no momento. "De repente é um dinheiro que você não estava esperando e pode guardar para comprar uma coisa mais grandiosa, como, por exemplo, uma geladeira. Fazer o uso consciente é comprar o que realmente precisa dentro de casa. Se guardar esse dinheiro e juntar com outro valor, você consegue dar entrada no que precisa, pode antecipar uma parcela no qual já tem de pagamento", explicou.

## INVESTIMENTOS

Ainda segundo a vice-presidente regional da Abefin, a parcela adicional tem utilidade para aqueles que também pensam em investir o dinheiro para rentabilizar. "O FGTS foi liberado mil reais. Se você já tiver uma segurança financeira, de repente pode colocar em um investimento. Procure o gerente da sua agência e veja qual tipo de investimento quer atuar", aconselhou "Independentemente do tipo de investimento, se vai ser renda fixa ou na renda variável, vai ser baseado no perfil da pessoa. O que eu

sempre falo é nunca deixe dinheiro parado. Conta corrente e poupança não é uma boa ferramenta para rentabilizar. Mas tudo isso de nada adianta se a pessoa não for organizada, não olhar as despesas e fazer os cálculos. Agora o que não pode é sair gastando dinheiro sem saber no que pode ser empregado", concluiu.

**Site:** <https://dol.com.br/digital>

# Beneficiários de programas sociais poderão fazer consignado

**PEDRO RAFAEL VILELA** Agência Brasil, Brasília

Pessoas que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Auxílio Brasil poderão fazer empréstimo consignado, uma modalidade de acesso a crédito até então limitada a aposentados e pensionistas do **INSS** e a **servidores públicos**. A novidade consta em Medida Provisória (MP) assinada pelo presidente Jair Bolsonaro ontem. O evento marcou o lançamento do Programa Renda e Oportunidade, que também inclui a liberação de saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e antecipação do décimo terceiro para aposentados do **INSS**.

O crédito consignado é aquele concedido com desconto automático em folha de pagamento. Por ter como garantia o desconto direto no salário ou benefício, esse tipo de operação de crédito pessoal é uma das que oferecem os menores juros do mercado. Além de possibilitar o empréstimo consignado para outros segmentos sociais, o governo também ampliou a margem consignável de 35% para 40% da renda, reinstituindo o percentual que vigorou ao longo de quase todo o ano passado. Essa margem consignável é justamente o percentual máximo da renda que pode ser usado para o pagamento desses empréstimos.

A MP também define que 5% da nova margem consignável poderão ser destinados para saque ou amortização de despesas do cartão de crédito, um percentual já previsto e que seguirá o mesmo. O restante (35%) é para o empréstimo pessoal com crédito em conta.

Segundo o governo, a medida pode alcançar mais de 52 milhões de pessoas, incluindo os cerca de 30,5 milhões de aposentados e pensionistas do **INSS**, os 4,8 milhões de beneficiários do BPC e os 17,5 milhões de beneficiários do programa Auxílio Brasil. A estimativa é oferecer R\$ 77 bilhões em empréstimos consignados a esse público.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_EDFFBFF10778ED603868183D8D9E93560F0D865FEF293920B3493C979D5DDA123A6ECB91C8E9CE73C643A247B015C331572FC986A3E5879B520D0F55BE6DB16B2A5E356073F66ECAB3FCF9B6226AAC3B6A4288FCD382B57D5F6](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_EDFFBFF10778ED603868183D8D9E93560F0D865FEF293920B3493C979D5DDA123A6ECB91C8E9CE73C643A247B015C331572FC986A3E5879B520D0F55BE6DB16B2A5E356073F66ECAB3FCF9B6226AAC3B6A4288FCD382B57D5F6)

**10A2F64B44C3641994A3F584183BE91BC7B3E6BA03489**  
**3C1F58407E6E85B0EB998**



# Mínimo pode ir a R\$ 1.293 em 2023

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia elevou ontem de 4,25% para 6,70% sua estimativa para o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) neste ano. O indicador serve como base da correção anual do salário mínimo pelo governo. Se esse aumento previsto se confirmar e não houver mudança no cálculo, o reajuste do salário mínimo em 2023 também será maior que o estimado anteriormente.

Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 1.212. Com a nova previsão para o INPC no acumulado de 2022, o valor subiria para R\$ 1.293 a partir de janeiro do ano que vem, um aumento de R\$ 81. Essa é uma estimativa provisória. Se a inflação de 2022 ficar acima dos 6,7% previstos pela área econômica, o valor para o salário mínimo também será maior no ano que vem.

A projeção de R\$ 1.293 para o salário mínimo em 2023 considera que o governo manterá a sistemática adotada nos últimos anos, de não conceder aumento real (acima da inflação).

**TAMBÉM PARA APOSENTADOS** De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para aproximadamente 50 milhões de pessoas no Brasil, das quais 24 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Mas ao mesmo tempo que há um estímulo à economia, um reajuste maior no salário mínimo também faz com que o governo federal gaste mais. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser inferiores ao valor do mínimo. De acordo com cálculos do governo, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo cria-se uma despesa em 2022 de, ao menos, R\$ 365 milhões,

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Imposto de Renda 2022: Desempregado é obrigado a fazer declaração?

**Colaboração para o UOL, de São Paulo**

Se você perdeu o emprego em 2021, não está livre de apresentar o Imposto de Renda 2022. Há diversas situações que obrigam o contribuinte a entregar a declaração, mesmo que continue desempregado.

Caso a soma dos salários recebidos no ano passado até a demissão tenha superado R\$ 28.559,70, você deve fazer o IR 2022. Inclua também nessa conta outras fontes de renda que você tenha recebido em 2021 que são sujeitas a imposto, como pensão alimentícia ou rendimento de imóveis alugados.

Além disso, se você recebeu mais de R\$ 40 mil em recursos considerados isentos de imposto, como indenização trabalhista, saque do FGTS ou seguro-desemprego, tem que declará-los.

Veja aqui outras situações que obrigam uma pessoa a fazer Imposto de Renda. Basta você se enquadrar em uma delas para ter que entregar a declaração do IR 2022.

É importante você entrar em contato com o RH da empresa que você trabalhava para solicitar o informe de rendimentos para Imposto de Renda. Peça para enviarem o documento por e-mail ou combine um horário para retirada do papel.

Esse documento é essencial para preencher a declaração do IR 2022. Ele trará, de forma detalhada, tanto os rendimentos tributáveis como os rendimentos isentos pagos pela empresa no ano passado até o momento da demissão.

Se você não guardou os comprovantes da época da demissão, pode consultar seus extratos de benefícios trabalhistas na Caixa Econômica Federal.

Para acessar o extrato do FGTS, o jeito mais simples é usar o Aplicativo FGTS para celular. Siga as orientações do site da Caixa para baixar e ter acesso ao aplicativo.

Da mesma forma, o extrato do seguro-desemprego pode ser obtido por meio do Aplicativo Caixa Trabalhador.

Os extratos do FGTS e do seguro-desemprego são

importantes para você informar corretamente os valores recebidos na declaração do IR 2022. Eles devem ser informados na ficha de Rendimentos isentos da declaração. Veja abaixo como fazer.

Localize a ficha de Rendimentos isentos no menu da declaração, clique em Novo. No Tipo do Rendimento escolha o código 04-Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS.

Em seguida, selecione o beneficiário, que pode ser o titular, se a conta do FGTS for sua, ou dependente, caso um dos seus dependentes tenha sacado o FGTS dele.

Informe o CNPJ e o nome da fonte pagadora. No caso do FGTS, a fonte é a Caixa Econômica Federal (CNPJ 00.360.305/0001-04). Informe o valor retirado em 2021 e conclua o preenchimento da ficha clicando em OK.

Os valores recebidos na rescisão do contrato de trabalho a título de indenização devem ser declarados na ficha de Rendimentos Isentos.

As orientações para informar a indenização na declaração do IR 2022 são quase iguais a do FGTS.

Selecione a ficha de Rendimentos Isentos, clique em novo e selecione o código 04 - Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS.

No campo CNPJ e nome da fonte pagadora, informe os dados da empresa de onde você foi demitido. Em seguida, coloque o valor total da indenização e clique em OK.

Atenção: não some os valores da indenização da empresa e o saque do FGTS na mesma ficha. Eles devem ser colocados em formulários diferentes porque as fontes pagadoras são distintas (a empresa onde você trabalhava e a Caixa).

Na ficha de Rendimentos isentos, clique em Novo. No Tipo do Rendimento escolha o código 26-Outros.

Em seguida, selecione o Tipo de beneficiário, que pode ser o Titular, se foi você quem sacou o benefício, ou Dependente, caso um dos seus

dependentes foi demitido em 2021 e recebeu o seguro.

Informe o CNPJ e o nome da fonte pagadora. No caso do seguro-desemprego, a fonte é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O CNPJ do FAT é 07.526.983/0001-43.

No campo Descrição escreva Seguro-desemprego . Em seguida, coloque o Valor total recebido de seguro em 2021 e conclua o preenchimento da ficha clicando em OK .

Você deverá abrir um formulário na ficha Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica . Selecione a ficha, clique em Novo e preencha os campos com os dados da empresa que você foi demitido.

Em seguida, informe os rendimentos recebidos naquela firma e os valores retidos na fonte de Imposto de Renda e previdência oficial (**INSS**). No final, clique em OK .

O mesmo procedimento vale para os dependentes incluídos na sua declaração que possuem emprego, estágio ou recebem aposentadoria. Se eles trocaram de emprego ou foram demitidos em 2021, informe a renda recebida de cada empresa.

Os rendimentos tributáveis de cada dependente devem ser informados na aba dependentes , localizada no alto da ficha Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica . Selecione o dependente na lista e abra uma ficha nova para cada emprego ou fonte pagadora.

Se eles sacaram o FGTS ou receberam seguro-desemprego, abra um formulário na ficha de Rendimentos Isentos e selecione o dependente no campo Tipo de Beneficiário .

**Site:** <https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2022/03/18/imposto-de-renda-2022-mesmo-desempregado-voce-pode-ter-que-declarar.htm>

# A reforma tributaria precisa acelerar (Artigo)

**Luiz Nicolaewsky**

O panorama de crescimento da **inflação**, alta dos juros, aumento nos preços dos insumos e custos de produção, somados aos reajustes do petróleo e da energia elétrica, tem impactado (negativamente) a retomada econômica. Ainda assim somos otimistas, continuamos a acreditar na melhora gradativa, na geração de empregos e na atração de novos investimentos em um caminho na busca do equilíbrio do país.

No entanto, é indispensável voltar a discutir projetos que abram espaço para o Brasil retomar o ritmo de crescimento econômico e desenvolvimento social. E um deles é a **reforma tributária**.

Fruto de um extraordinário esforço do senador Roberto Rocha (PSDB/MA), temos visto maiores chances de PEC110 avançar ainda este ano. Em meio ao recesso parlamentar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, sinalizou que o projeto teria prioridade na Casa com a leitura de seu relatório até o fim de fevereiro.

Em linhas gerais, trata-se de um caminho mais próximo que o setor industrial brasileiro tanto aguarda: um sistema tributário que reduza a burocracia, o contencioso jurídico, a quantidade de **impostos**, a complexidade e o custo da sua operação. E que traga segurança jurídica para a indústria, mas sem aumentar a carga tributária, uma das mais altas do mundo para a atividade produtiva. O impacto atual dos **tributos** no preço final da cerveja chega a 56%.

O Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, atrás da China e dos Estados Unidos, com uma produção anual de mais de 14,3 bilhões de litros. Movimenta uma cadeia do "campo ao copo" que se estende desde o agronegócio, com destaque para a produção de diversos grãos, mais de 40 mil veículos empregados na distribuição e 1,2 milhão de postos de vendas espalhados por todo o país, até o consumo final das famílias.

Em números, o setor cervejeiro representa 2% do Produto Interno Bruto e contribui com mais de R\$ 25 bilhões em **impostos**, gera uma massa salarial de R\$ 27 bilhões e é responsável por mais de 2 milhões de empregos diretos, indiretos e induzidos.

Daí a importância da indústria da cerveja como uma das principais molas propulsoras na geração de

empregos e retomada do país em meio à crise sanitária que vivemos.

Entendemos que a **reforma tributária** é um tema complexo e mesmo diante da agenda eleitoral há sensibilidade do Poder Legislativo federal para a aprovação de uma reforma estruturante que conta com o apoio e o consenso entre indústria, estados e sociedade civil. A **reforma tributária** precisa acelerar para que o Brasil retome os trilhos do desenvolvimento.

Luiz Nicolaewsky, Superintendente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv)

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/03/2022/p1>

# Batalha dos vetos no Congresso

*deborah hana cardosotaísa medeiros*

Não foi desta vez que os vetos do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 foram derrubados. Devido à falta de acordo entre as bancadas, continua vigendo o corte de R\$ 3,2 bilhões, que inclui R\$ 1,4 bilhão em emendas aprovadas por comissões parlamentares, além de R\$ 988 milhões do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**.

A situação já estava complicada de manhã, na sessão da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que adiou, também, a apreciação do PLN 01/22 - que trata das despesas para pagamento da folha de servidores federais ativos e militares. Devido a uma mensagem encaminhada pelo Palácio do Planalto, o que dificultou ainda mais o fechamento de um acordo, a presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), decidiu suspender os trabalhos.

"É preciso que haja uma reunião de líderes, coordenadores e parlamentares para que possamos coordenar esforços para promover o debate e a votação", propôs. A expectativa é de que o projeto orçamentário para este ano seja votado na próxima reunião da CMO, dia 22, e consiga ir ao Plenário.

Mas esse não foi o único adiamento do dia. Também ficou para depois a análise do veto que autoriza que 1% das ações da Eletrobrás seja vendido a funcionários demitidos, depois da desestatização aprovada no ano passado. Para o Ministério da Economia, caso essa transação seja permitida, poderia distorcer o processo de precificação das novas ações da estatal.

Na sessão conjunta do Congresso, foram analisados 31 vetos presidenciais e 14 tiveram a votação adiada por falta de acordo entre as bancadas. Mas um dos que foram derrubados foi o do projeto que contempla o setor de eventos. O autor da proposta, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), explicou que a decisão do Legislativo foi uma questão de justiça - entre as propostas, isenta esse ramo da economia de **impostos** por cinco anos. "É o primeiro projeto para o setor de eventos, que foi duramente punido. Foi o primeiro a parar e o último a voltar. Será um combustível para que o ramo tente se recuperar os prejuízos", explicou o parlamentar.

Conta do Fundeb

O Congresso também derrubou o veto presidencial que impedia que estados e municípios de usar outra conta, que não a específica para movimentação dos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), para pagar salários aos professores com o dinheiro do fundo.

Outro veto derrubado foi o que acabava com a taxa de fiscalização dos cobrada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos ônibus interestaduais e internacionais ? as empresas têm de pagar, anualmente, R\$ 1,8 mil por cada veículo registrado na entidade reguladora. Os parlamentares acreditam que, assim, o preço das passagens terá condições de cair, apesar do recente aumento do diesel anunciado pela Petrobras. Os parlamentares também derrubaram o impedimento de se estender os prazos de validade de concursos públicos homologados antes da pandemia - a ideia é não prejudicar os candidatos aprovados antes da crise sanitária.

Câmara aprova PL da violência institucional

A Câmara aprovou um projeto de lei que criminaliza a violência institucional - quando a vítima de crime violento é submetida a "procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos" que a faça reviver a situação. A pena prevista é de detenção de três meses a um ano e multa. O PL tem por base o julgamento do caso Mari Ferrer, cujas imagens da audiência do processo de estupro foram divulgadas. No episódio, o advogado Claudio Gastão Filho, defensor do empresário André Camargo Aranha, disse que Mari "ganha pão com a desgraça dos outros". O juiz Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis, não interrompeu o advogado.

# Mais juros, lá e aqui (Editorial)

Em decisão esperada, o banco central americano elevou sua taxa de juros de zero para 0,25% ao ano, o primeiro passo do que deve ser um longo caminho para fazer a **inflação** retornar à meta de 2% anuais.

O Fed indicou que fará novos aumentos em sequência, que poderão levar os juros a 3% até 2023. Tal patamar já seria considerado suficiente para contrair a economia, segundo as estimativas da autoridade monetária dos EUA.

Em outras palavras, cresce o risco de uma recessão, que certamente se alastraria mundialmente.

Durante muito tempo a **inflação** não foi problema para os países ocidentais, que nas últimas décadas se depararam com o problema oposto. O quadro mudou com a pandemia e a resposta adotada pelos governos, na forma de fortes estímulos monetários e fiscais.

A retomada econômica foi forte e o mercado de trabalho respondeu rapidamente, impulsionando salários e preços. Não se pode descartar um processo de inércia inflacionária, muito conhecido no Brasil.

A **inflação** nos Estados Unidos fechou o ano passado em 7,8%, o maior patamar em três décadas. É esperada uma acomodação neste ano com a normalização das cadeias produtivas perturbadas pela crise sanitária, mas novos fatores podem alterar essa trajetória.

A guerra na Ucrânia pressionou os preços das matérias-primas, e o novo surto de Covid-19 na China já provoca paralisações em importantes centros produtivos. A **inflação** pode demorar a ser debelada.

No Brasil a ameaça também aumentou. Desde o início dos combates na Europa, houve novo salto nas expectativas para a **inflação** deste ano, de 5,5% para 6,5%, muito acima da meta de 3,5%.

Nesse quadro, talvez seja adiado o fim do ciclo de aumento da taxa básica, que o Banco Central elevou novamente para 11,75% nesta semana. São prováveis pelo menos mais uma alta de 1 ponto percentual na reunião de maio e, ao menos por ora, algum movimento adicional mais adiante.

O arrocho deve ter impacto crescente sobre a economia, que já enfrenta vários obstáculos. Um mau prognóstico, por exemplo, foi a queda de 0,99% no IBC-br, índice de atividade divulgado pelo BC.

Permanecem, além disso, os riscos para as contas públicas. Preocupado com as eleições, o governo Jair Bolsonaro (PL) continua a pressionar a Petrobras e a aventar subsídios e cortes de **impostos** sobre os combustíveis, entre outras medidas de cunho populista.

O momento é delicado e demanda uma responsabilidade que a esta altura parece abandonada. Qualquer iniciativa que eleve a incerteza e pressione a **inflação** poderá trazer ainda mais perdas para a renda e o emprego no país.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49853&anchor=6452249&pd=aa1faa2fd8359ea7143a674851caea22>



# Economia brasileira recua e previsão do PIB de 2022 diminui

**LUCIANO NASCIMENTO** Agência Brasil, Brasília

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) caiu quase 1% em janeiro, na comparação com dezembro do ano passado. De acordo com o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a queda foi de 0,99%, considerando o percentual já dessazonalizado para compensar eventuais diferenças entre os períodos, como o número maior de feriados ou fins de semana. Com a variação, o indicador fechou o mês em 138,48 pontos.

O IBC-Br incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária, além do volume de **impostos**. Segundo o BC, na comparação com janeiro de 2021, o IBC-Br registrou variação positiva de 0,01%. Na comparação com os três meses anteriores, o IBC-Br ficou em 0,19% e no acumulado em 12 meses avançou 4,73%.

O índice, considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros (Selic), definida quarta-feira pelo banco em 11,75% ao ano.

Ontem, o Ministério da Economia diminuiu a previsão de crescimento do **PIB** brasileiro para este ano. Com a redução, a estimativa de crescimento passou de 2,1% para 1,5%. Para o próximo ano, foi mantida a projeção de crescimento de 2,5%. Além da redução do **PIB**, o governo aumentou a previsão da **inflação** para este ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que passou de 4,7% para 6,55%.

## Capacidade industrial

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) das indústrias fechou em 68% em fevereiro, na comparação com janeiro, informou hoje (17) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a entidade, o percentual é inferior ao registrado no mesmo período do ano passado, mas se mantém no valor da média para os meses de fevereiro e próximo ao patamar pré-pandemia.

"A UCI é inferior ao registrado no mesmo mês do ano passando, mas naquele período a indústria vinha de alguns meses de atividade excepcionalmente alta, por

conta da recuperação após os meses de paralisação gerados pela pandemia", disse a CNI. As informações fazem parte do boletim Sondagem Industrial.

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_E DFFBFF10778ED603868183D8D9E93560F0D865FEF293920B3493C979D5DDA123A6ECB91C8E9CE73C643A247B015C331572FC986A3E5879B520D0F55BE6DB16B2A5E356073F66ECAB3FCF9B6226AAC3B6A4288FCD382B57D5F610A2F64B44C3641994A3F584183BE91BC7B3E6BA034893C1F58407E6E85B0EB998](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_E DFFBFF10778ED603868183D8D9E93560F0D865FEF293920B3493C979D5DDA123A6ECB91C8E9CE73C643A247B015C331572FC986A3E5879B520D0F55BE6DB16B2A5E356073F66ECAB3FCF9B6226AAC3B6A4288FCD382B57D5F610A2F64B44C3641994A3F584183BE91BC7B3E6BA034893C1F58407E6E85B0EB998)

# Previsão de PIB baixo e inflação alta

**Tainá Andrade**

brasileira registrou crescimento de 4,6%. (FS)

A equipe econômica do governo federal revisou para baixo a projeção de crescimento econômico em 2022, admitindo que os efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia serão duradouros para o Brasil. O Boletim Macrofiscal do Ministério da Economia, divulgado ontem, revisou a projeção de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2,1% para 1,5%. Já a expectativa para a taxa de **inflação** do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) de 2022 aumentou de 4,70% para 6,55%.

A pasta destacou que os principais fundamentos para o aumento do **PIB** neste ano foram a forte expansão do mercado de trabalho, aumento do investimento, maior robustez do setor de serviços e manutenção do processo de consolidação fiscal. Já a expectativa para a taxa de **inflação** de 2022 aumentou de 4,70% para 6,55%.

A partir de 2023, segundo o boletim, espera-se convergência da **inflação** do IPCA para a meta de 3,25%. Em relação ao INPC, a projeção para 2022 elevou-se de 4,25% para 6,70%. Os fatores para a alta inflacionária são a alta nas commodities agrícolas e energéticas, em meio às tensões no leste europeu.

De acordo com o professor de geopolítica Fábio Tadeu Araújo, o governo fez bem em rever tanto a taxa do crescimento do **PIB** quanto da **inflação**, mas para ele, as estimativas estão otimistas. "Quando nós conversamos com agentes financeiros ou empresários, muitos já dizem que a expectativa de **inflação** está acima de 8% neste ano, com viés de alta e **PIB** provavelmente no território negativo", compara.

Segundo Araújo, é provável que o governo ainda esteja otimista e isso diz respeito não apenas a respeito da guerra na Ucrânia, mas também da questão de preços. "A **inflação** tem, claramente, um efeito sobre o poder de compra, o que reduz a demanda potencial que já estava baixa, mas tende a manter a taxa de juros mais alta por um período maior, piorando as expectativas dos empresários", afirma.

O Banco Central (BC) também informou ontem, um recuo. O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), considerado a "prévia" do Produto Interno Bruto (**PIB**) ? soma de todos os bens e serviços produzidos no país para medir a evolução da economia ?, registrou queda de 0,99% em janeiro deste ano na comparação com dezembro de 2021. Em 2021, a economia

# Dólar opera em leve alta, vendido a R\$ 5,050

*Do UOL, em São Paulo\**

O dólar comercial opera em leve alta na manhã de hoje com a atenção dos investidores do Brasil na pauta fiscal e de política monetária do governo Jair Bolsonaro (PL). Por volta das 9h20 (horário de Brasília), a moeda oscilava 0,32%, negociada a R\$ 5,050.

O Ministério da Economia anunciou ontem um pacote econômico que libera parte do FGTS e antecipa o 13º salário de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Na manhã de hoje, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou que a taxa de desemprego no Brasil caiu para 11,2%, mas ainda atinge 12 milhões de pessoas .

No Brasil, o Banco Central fará um leilão de até 15 mil contratos de swap cambial tradicional para rolagem do vencimento de 2 de maio de 2022 -o swap cambial é a venda de contratos com vencimento no futuro que funcionam como um seguro contra a alta do dólar.

A oscilação do dólar na manhã de hoje também acompanha sua recuperação frente a outras divisas, em dia de menor apetite por risco. Na véspera, a moeda fechou o dia em desvalorização de 1,16%, cotada a R\$ 5,034.

\*Com informações da Reuters

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2022/03/18/dolar-ibovespa-18-de-marco.htm>**

# Tributação dos combustíveis (Artigo)

Os combustíveis certamente foram um dos produtos mais afetados pelos altos índices de **inflação**, devido à disparada do preço do dólar e das commodities do petróleo.

Em paralelo à guerra firmada entre os entes federativos no tocante ao modelo atual de tributação, membros do Poder Legislativo e Executivo apresentam medidas para conter o preço dos combustíveis ao consumidor final.

Uma das medidas apresentadas pelo Poder Executivo, em complemento ao congelamento do ICMS cobrado pelos Estados, está na criação de um valor fixo em reais por litro diretamente no preço final. A uniformização do modelo vem recebendo grande rejeição dos Estados, pois representaria uma queda de até R 20 bilhões por ano em arrecadação.

Vale ressaltar que o ICMS atualmente representa 2/3 da arrecadação dos Estados em relação aos demais **tributos** de sua competência, sem contar os demais repasses realizados pela União.

No campo do Poder Legislativo, há projetos de leis e emendas à Constituição que propõe diversas medidas para frear o preço do combustível, porém vêm sendo objeto de críticas de especialistas e dos entes federativos.

Exemplo disso é o PL 1.477/2021, que prevê a criação de um fundo de estabilização dos combustíveis, a qual seria acionado quando fatores da economia externa inflacionar o preço interno, todavia, a reserva seria criada através de novos repasses da União além dos já existentes, o que onera ainda mais o ente e, na prática, não diminui e nem otimiza a tributação.

Consta ainda a proposta de emenda à constituição apresentada pelo deputado Christiano Áureo - PP/RJ, que propõe a renúncia fiscal da arrecadação sobre os combustíveis e o gás por parte da União, Estados e Municípios, porém sofre rejeição pelo mesmo motivo, a perda considerável de arrecadação pelos entes.

A proposta de emenda constitucional que gerou maior repercussão no Congresso foi a apresentada pelo senador Carlos Fávaro -- PSD/MT, a qual prevê a desoneração dos **tributos** sobre combustíveis e energia elétrica e, em contrapartida, a criação de fundo de custeio angariado com repasses feitos pela União através dos dividendos pagos pela Petrobras, dentre outros recursos, além do aumento dos

repasses aos Estados e Municípios.

Especialistas apontam que tais medidas podem trazer reflexos negativos de até R 100 bilhões à União, e foi apelidada pelo ministro Paulo Guedes de "PEC Kamikaze", em alusão aos pilotos de aviões japoneses que, carregando explosivos, promoviam ataques suicidas na 2ª Guerra Mundial.

Importante ressaltar que se trata de medidas de alteração legal e constitucional que dependem de votação do congresso para serem aprovadas, mas todas não analisam friamente o verdadeiro problema estrutural e de justiça fiscal na utilização dos recursos públicos.

O sistema atual necessita de uma reforma administrativa, e principalmente a extinção de entes federativos com capacidade tributária, porém sem autossuficiência dos seus custos, e certamente seriam extintos sem os repasses financeiros da União.

\* Advogado, Especialista em Direito Tributário, associado da Barroso Advogados Associados. E-mail: thiago@baa.

adv.br

# Apesar de tudo, Brasil continua atraente para o investidor (Artigo)

**Dalton Locatelli**

Definitivamente, 2022 será um ano no mínimo desafiador para as empresas que atuam no Brasil. Além da guerra ideológica e de narrativas que já são esperadas por aqui devido às eleições presidenciais, todos nós teremos que lidar com as consequências do conflito real na Europa que, ainda que venha a ter um rápido (e assim esperamos) desfecho, certamente trará impactos no comércio internacional e na chamada ordem mundial por muitos anos.

Um rápido olhar sobre essa situação pode levar qualquer um a pensar que viveremos um ano de caos no que diz respeito a investimentos estrangeiros por aqui. A partir de minha experiência à frente de uma empresa que representa legalmente mais de 500 empresas internacionais no Brasil, tenho motivos para manter o otimismo em relação ao fluxo de investidores em nosso país e à melhoria da economia como um todo.

Posso ser tachado de exagerado ou até de louco, mas a verdade é que alguns indicadores contribuem para que eu pense dessa forma. O primeiro argumento tenho encontrado "dentro de casa".

Desde o início do ano, o número de empresas estrangeiras que têm nos procurado em busca de auxílio para investir ou abrir uma operação no Brasil cresceu consideravelmente.

Invariavelmente, questiono os clientes sobre as razões pelas quais estão dando esse passo. As respostas são semelhantes: o Brasil tem um mercado enorme e de grande potencial, além de uma economia estável. Temos problemas? Claro que sim! Mas a grande maioria das grandes economias estão em dificuldades, enfrentando altos níveis de **inflação**, assim como o Brasil, e outras consequências trazidas pela pandemia.

Essa tendência vem se comprovando por alguns números interessantes neste início de ano. Em janeiro, por exemplo, o índice Bovespa representou o terceiro melhor investimento do mundo, com forte recuperação em relação ao ano anterior. Nos dois primeiros meses, o real também teve grande valorização frente ao dólar, sendo uma das moedas que mais se valorizaram no período.

Outro aspecto interessante: embora estejamos presenciando uma guerra armada na Europa em pleno 2022, algo que parecia inimaginável, a invasão da Ucrânia pela Rússia vem fazendo com que investidores especializados em mercados emergentes tragam capital para o Brasil, o que gerará riqueza em nosso país. E somente gerando riqueza é possível fazer com que as camadas mais pobres da sociedade, que tanto sofreram durante a pandemia, sejam beneficiadas com mais emprego e renda.

Teremos, sim, dificuldades com fertilizantes, já que 80% do utilizado por nosso agronegócio é importado, em especial da Rússia e Belarus. Ainda assim, o Brasil continuará sendo o grande exportador de alimentos do mundo, e sua força no mercado de commodities deve garantir solidez econômica em meio a um momento de dificuldade global.

No campo político, é fato que o governo atual não conseguiu avançar o suficiente nas reformas estruturantes que são necessárias para o crescimento do Brasil, e fundamentais para modernizar a economia, tendo em vista a atração de mais investidores. A aprovação do marco legal do saneamento e das reformas previdenciária e trabalhista (esta ainda no governo **Temer**) foram vitórias que já trazem e continuarão trazendo benefícios no longo prazo.

Seja lá a qual campo ideológico pertencer o presidente que será eleito este ano, manter o foco nas reformas será fundamental para dar sustentação ao futuro do país. O Brasil sempre será uma potência econômica e um mercado atrativo para os investidores. Só precisa parar de se "autossabotar".

Dalton Locatelli, Sócio e presidente do Conselho de Administração da Pryor Global

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/18/03/2022/p1>

# Alta da Selic afeta investimentos? (Artigo)

Conforme já previsto pelo mercado, a taxa básica de juros (Selic) foi elevada em 1,0 ponto percentual após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), finalizada em 16 de março, chegando a 11,75% ao ano. Os números refletem um aumento inferior ao ritmo de 1,5 p.p. que prevaleceu nas três últimas reuniões.

Esta é a nona alta consecutiva da taxa Selic, que é o principal instrumento para o Banco Central buscar conter a **inflação**.

Devido ao conflito no leste europeu, entre Rússia e Ucrânia, houve um forte avanço no preço das commodities, sejam metálicas, energéticas e alimentícias, como por exemplo, o preço do barril de petróleo, que já passou da casa dos US\$110,00. Isso faz com quem a **inflação** se mantenha em níveis elevados.

De maneira geral, os títulos atrelados à taxa Selic e a **inflação** tem se beneficiado do aumento das taxas de juros, por outro lado, investimentos como moedas, fundos de investimentos e ações têm operado com mais volatilidade.

Mas como isso afeta os seus investimentos? Vamos começar pelos investimentos de Renda Fixa Pós fixados, que incluem ativos como Títulos públicos atrelados à taxa de juros, Títulos públicos atrelados à **inflação**, CDBs, RDC, LCA, LCI, poupança e as debêntures. Normalmente, estes títulos acompanham o CDI (Certificado de Depósito Interbancário), principal referência de rentabilidade das aplicações em renda fixa e que variam de acordo com as oscilações da taxa de juros. É difícil saber exatamente a rentabilidade final dessas aplicações, pois isso vai depender de questões de mercado, como aumentos e diminuições na taxa de juros e **inflação** no período.

O risco é de que a taxa de juros ou a **inflação** caiam, o que ocasionaria diminuição na rentabilidade dos títulos, assim como caso elas subam, retornaria uma rentabilidade mais alta para os investimentos. São os investimentos de menor risco visto que acompanham uma referência de mercado.

Partindo para os Pré fixados, classe que incluem os ativos como os Títulos Públicos Pré Fixados, CDBs, RDC, LCA, LCI e as debêntures, sabemos exatamente quanto vamos receber ao final do período investido.

Com a taxa Selic em 11,75% a.a., e com viés de alta,

esses investimentos podem oferecer boas taxas para quem deseja levá-los até o vencimento. Contudo, eles podem representar um maior risco caso deseje se desfazer do título antes disso.

O risco que pode incorrer é de a taxa de juros seguir subindo e o investidor deixar de ganhar com taxas mais altas.

Porém caso a taxa de juros caia, o investidor estará garantido com uma rentabilidade mais alta.

Já os investimentos de Renda Variável, como os Fundos de Investimentos Multimercado ou de Ações são indicados para diversificação, visto que são ativos de risco médio/alto, contam com expertise de um gestor profissional.

Como estes mercados encontram-se com alta volatilidade, a depender da estratégia do gestor a performance de curto prazo pode ser impactada, sendo melhor ou pior, por isso é importante ter visão de longo prazo para ativos de maior risco.

No mercado de ações à vista, a volatilidade é predominante, é indicado para investimentos mais de longo prazo.

Com os aumentos na taxa de juros, a tendência é de migração da renda variável (ativos de mais risco) para renda fixa (ativos de menos risco), o que acaba gerando oportunidade de investimentos em ótimas empresas e que estejam com uma precificação baixa, seja para lucrar com as ações ou com dividendos ao longo do tempo.

Por fim, é importante o investidor ter conhecimento se o seu perfil é conservador, moderado ou arrojado, e sempre procurar instituições sólidas, seguras e que possam auxiliar nas decisões de investimentos.

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10810>



# Alta dos juros reforça renda fixa, dizem especialistas

**Matheus Souza**

Com o nono aumento consecutivo da taxa básica de juros do País, a Selic, especialistas sinalizam que este pode ser um bom momento para reavaliar a carteira de investimentos.

Com a elevação do indicador de juros, muitos investimentos de renda fixa, como os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e os títulos do Tesouro Direto, passam a se tornar mais atrativos.

Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa Selic de 10,75% para 11,75% ao ano.

Entre os investimentos, aqueles que são mais afetados pela medida são os de renda fixa. Isso ocorre porque eles têm o seu retorno financeiro atrelado à variação do indicador de juros.

Para o sócio da Valor Investimentos Romero Oliveira, a elevação da taxa de juros da economia favorece o investidor mais conservador, que é aquele que tem baixa tolerância ao risco.

"O Copom já sinalizou que o recente aumento da Selic deve continuar\* ocorrendo. Espera-se que a taxa chegue a 12,75% ao fim do ano. Com isso, os investimentos de renda fixa, como os CDBs e títulos do Tesouro Direto, já começaram a render mais", afirma.

Romero Oliveira conta que, neste cenário, muitos investidores podem ficar inclinados a manter uma parcela maior de investimentos em renda fixa e uma menor em ações. Isso porque, apesar dos investimentos de renda variável renderem mais a longo prazo, são mais voláteis a curto prazo.

Para o economista Helder Siqueira, a elevação da Selic pode atrair investidores de renda variável a optarem pelo retorno financeiro com menos riscos, que é oferecido pelos de renda fixa.

"As ações costumam seduzir pela possibilidade de receber dividendos e pelo retorno financeiro maior. Com os investimentos de renda fixa pagando mais, o investidor de renda variável pode optar por conseguir dinheiro um pouco mais tranquilo, sem se preocupar

com as flutuações do mercado", relata.

Um comparativo do buscador de investimentos Yubb demonstrou que, com a elevação da Selic, as debêntures incentivadas passam a ser o investimento com maior projeção de rentabilidade. Em seguida, aparecem as Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio.

**SAIBA MAIS**

Tesouro Direto é como empréstimo a governo

Renda fixa

**SÃO OS MAIS INDICADOS** para investidores iniciantes ou de perfil conservador.

**ELES SÃO LEMBRADOS** por oferecerem baixo risco, alta liquidez, o que permite o resgate a qualquer momento e a alta diversificação.

**MUITOS DELES AINDA OFERECEM** a proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que funciona como um seguro para investidores. Isso significa que você será ressarcido caso o banco ou instituição financeira quebre.

Debêntures

**TÍTULOS DE DÍVIDA** emitidos por empresas privadas, mas que não contam com a proteção do governo federal ou do FGC.

**TÊM ISENÇÃO DE IMPOSTO** de Renda para pessoas físicas.

**VANTAGEM:** a depender da empresa que a emite, as taxas de rentabilidade podem ser maiores do que um título público ou o CDB.

**OS INVESTIMENTOS** em debêntures

costumam estar disponíveis a partir de R\$ 1.000.

**INDICADO PARA** investimentos com prazos na faixa de 5 anos.

Certificado de Depósito Bancário (CDB)

TÍTULO EMITIDO POR BANCOS para captar dinheiro e financiar suas atividades. Ao adquirir o título, você estará emprestando dinheiro ao banco, que lhe retornará com juros.

É POSSÍVEL REALIZAR investimentos a partir de R\$ 1 em algumas corretoras e bancos digitais.

TEM GARANTIADO FGC com um limite de proteção de até R\$ 250 mil por CPF.

ALGUNS CDBS apresentam liquidez diária, com a qual o investidor não precisa esperar até o vencimento do título para resgatá-lo.

Tesouro Direto

FUNCIONA COMO um empréstimo para o governo. Ao aplicar em títulos do Tesouro, você empresta dinheiro para o governo que, depois de um

tempo, devolve o valor acrescido de juros.

OS TÍTULOS DO TESOURO Direto podem ser adquiridos a partir de R\$ 50.

É CONSIDERADO um dos investimentos mais seguros do mercado, já que todo o investimento é feito ao governo federal.

CONTA COM a proteção do FGC.

Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA)

SÃO TÍTULOS DE CRÉDITO isentos de imposto de renda e relacionados com os mercados imobiliário e do agronegócio.

EMITIDOS por securitizadoras.

NÃO TEM proteção do FGC.

COSTUMAM TER remuneração maior que os títulos públicos.

AS APLICAÇÕES podem ser feitas a partir de R\$ 1.000.

Fonte: Pesquisa AT.

Elevação da Selic dificulta financiamentos e crédito

Apesar de favorecer os investimentos em renda fixa, a elevação da taxa de juros básico da economia torna mais caro a tomada de crédito e o financiamento de bens, como veículos e imóveis.

A elevação da taxa Selic é uma ferramenta utilizada pelo Banco Central (BC) como forma de tentar frear a **inflação**, uma vez que afeta diretamente o consumo da população.

O economista Helder Siqueira explica que a medida é tomada como forma de "incentivar" as pessoas a pouparem e para tornar os títulos públicos brasileiros mais rentáveis, o que atrai investidores estrangeiros.

"Isso faz com que entre mais dólar no País e, assim, essa moeda fica mais barata. Como consequência, espera-se que fique menos caro importar coisas e isso dificultaria para aquele empresário que deseja repassar os custos ao consumidor final. Dessa forma, fica a expectativa de a **inflação** diminuir", explicou o economista

Helder ainda destaca que uma consequência negativa da elevação da taxa de juros é que comprar parcelado fica mais caro, assim como a aquisição de imóveis e veículos. Em suma, os financiamentos no geral.

O economista Eduardo Araújo acredita que esse cenário é desestimulante para aqueles que querem empreender.

"É um momento difícil para quem precisa pegar dinheiro emprestado, para o empresário que faz a economia girar. A mensagem que o Banco Central manda é que o dinheiro está mais caro. Então é preciso pensar duas vezes antes de usar o crédito", afirma.

# Cenário amplia rentabilidade de investimentos

**EDUARDO LAVIANO DA REDAÇÃO**

Os investimentos de baixo risco voltaram a ganhar alta rentabilidade no Brasil e o novo aumento da taxa Selic só reforça a recomendação de especialistas de que é preciso não só guardar dinheiro, mas saber aplicá-lo de modo inteligente.

O assessor de investimentos Leonardo Cardoso, da Ação Brasil, conta que é possível se proteger das turbulências da economia brasileira com papéis como o Tesouro Selic, Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Depósito Bancário (CDB), investimentos disponibilizados por diversos bancos e corretoras.

"É um momento muito interessante para quem está iniciando a trajetória como investidor, pois os investimentos sem nenhum tipo de risco passam a ter rentabilidade muito elevada. O investidor não precisa se expor a riscos. É importante buscar alternativas para esse cenário, pensando não somente em surfar na alta da Selic mas também se proteger da inflação. Seguindo por esse caminho o investidor dará mais eficiência para o hábito de guardar dinheiro todos os meses. Já a poupança, de 2016 para cá, perdeu muita rentabilidade", afirma.

Com a Selic nos dois dígitos, a renda fixa se aproxima de oferecer aos investidores um retorno de 1% ao mês. Atualmente, a taxa está em 11,75%.

**Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37116&edicao=120108>**

## Tribunais opacos (Editorial)

Nada menos que 60.179 contracheques de juízes e desembargadores foram omitidos do painel de transparência criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para divulgar a remuneração dos magistrados brasileiros, mostra levantamento da Transparência Brasil.

A cifra dá o que pensar. Estarão esses magistrados escondendo alguma coisa? Pensam que estão acima do princípio constitucional da publicidade? Imaginam que as regras valem para os outros servidores, mas não para eles?

É possível que as respostas sejam "sim" para todas as perguntas, mas não se deve descartar uma explicação mezinha: boa parte dos Tribunais de Justiça, a quem cabe alimentar o sistema do CNJ, ainda não absorveu por completo a cultura da transparência que a muito custo avança no país.

As lacunas no sistema criado pelo CNJ em 2017 atingem os dados de 15 TJs. Alguns apresentam problemas em um mês, enquanto outros são relapsos por mais de um ano. Em qualquer caso, estão descumprindo uma obrigação estabelecida pelo órgão de planejamento e controle do Judiciário.

Procurados pela reportagem, a maioria dos TJs deu explicações que sugerem ignorância ou erro procedimental, mais do que má-fé. Ainda bem, porque fica mais fácil para o CNJ cobrar dos responsáveis a pronta correção das falhas.

Esse é o único modo de afastar por completo suspeitas de que alguns tribunais possam driblar o dever de casa a fim de camuflar alguma farra com o dinheiro público.

São conhecidos os exageros, quando não abusos, que se permitem muitos membros do Poder Judiciário. Em 2020, por exemplo, 449 magistrados federais receberam pagamentos superiores a R\$ 200 mil num único mês.

O CNJ poderia aproveitar o ensejo para aperfeiçoar o seu painel de divulgação das remunerações. A ferramenta, um inequívoco avanço em termos de transparência, impõe algumas dificuldades a quem se dispõe a utilizá-la para fiscalizar o poder público.

A própria Transparência Brasil, em seu relatório, oferece sugestões que, se adotadas, trariam ganhos imediatos para a sociedade.

Quanto mais o painel do CNJ permitir análises do conjunto de informações, mais será possível descobrir eventuais ilegalidades ou imoralidades porventura praticadas pelos tribunais - e mais o contribuinte poderá conhecer o que se faz com os seus impostos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49853&anchor=6452249&pd=aa1faa2fd8359ea7143a674851caea22>